Relatório da Administração 2011

A Administração da Construtora Sultepa S.A. e controladas ("SULTEPA"), em observância aos preceitos legais e estatutários, submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

As demonstrações financeiras e operacionais a seguir estão apresentadas em milhares de reais e em base consolidada, exceto quando especificado o contrário, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS (International Financial Reporting Standards). Todas as comparações foram feitas em relação ao ano de 2010, exceto quando especificado o contrário.

1. PERFIL

A SULTEPA é uma empresa de infraestrutura, com ampla gama de serviços relacionados à construção e foco na construção civil pesada, abrangendo a execução de rodovias, portos, ferrovias, metrovias, aeroportos, barragens, usinas, pontes, pavimentação de vias urbanas e obras de saneamento em geral, além de conjuntos residenciais. Sua atuação engloba obras de engenharia, britagem, venda de concreto, venda de misturas asfálticas, locação de equipamentos e montagens industriais.

Fundada em 1956, a SULTEPA construiu uma sólida tradição e adquiriu uma vasta experiência em construção pesada e civil e na concessão de serviços públicos. A Companhia está sediada em Porto Alegre (RS) e é uma empresa de capital aberto desde 1986, sendo, atualmente, um dos líderes na pavimentação rodoviária no sul do país, com mais de 5.100 quilômetros de estradas construídas. No ano de 2011, atuou nos estados do Rio Grande do Sul, Maranhão, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo.

2. CONTEXTO OPERACIONAL E PERSPECTIVAS

O ano de 2011 apresentou retração nos investimentos em infraestrutura em relação ao ano de 2010, parte pelas mudanças do Governo Federal e parte pela mudança dos Governos Estaduais. No entanto, com a necessidade cada vez mais urgente de realização de projetos para atender a demanda de eventos como a Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016, os investimentos no Brasil estão sendo retomados com intensidade em todos os setores, em especial os relacionados à infraestrutura.

As boas expectativas do setor para o ano de 2011 não foram efetivadas principalmente por mudanças no Governo Federal relacionadas ao Ministério dos Transportes e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), que evitaram o investimento total dos valores previstos. O impacto da frustração de expectativas reflete diretamente no setor de infraestrutura, em especial de transportes, que veio se preparando em anos anteriores com investimentos em máquinas e equipamentos, desenvolvimento de novas tecnologias e projetos de melhoria de gestão para atender as perspectivas positivas para o setor.

Os desembolsos do BNDES[1] (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), principal instrumento de financiamento de longo prazo para a realização de investimentos do país totalizaram R$ 139,7 bilhões em 2011, permitindo o crescimento brasileiro independentemente da influência de fatores macroeconômicos. O destaque de 2011 foi novamente o setor de infraestrutura, com repasses na ordem de R$ 56,1 bilhões, ou seja, 40% do total. Isto significa um ganho de representatividade na comparação com o ano de 2010, quando esse setor consumiu R$ 52,2 bilhões (31% dos repasses). Os investimentos em infraestrutura mapeados pelo BNDES para o período 2011-2014 são de R$ 380 bilhões focados, principalmente, em energia elétrica com R$ 139 bilhões e logística (rodovias, ferrovias e portos) com R$ 129 bilhões. Considerando-se que em 2011 houve retração de investimentos, a maior parte desse volume deverá ser utilizada a partir de 2012.

Para o ano de 2012, a expectativa é que o Governo Federal aumente os investimentos para também estimular o crescimento da economia. Por isso, há a previsão da retomada efetiva das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), da expansão de programas sociais e do aumento do fluxo de investimentos para atender os grandes eventos previstos. Dados coletados pela ANEOR - Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias mostram que o orçamento do DNIT para 2012 é de R$ 15,4 bilhões, dos quais 85,7% destinados ao modal rodoviário.

No âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, há a previsão, para o período de 2012 a 2014, de investimentos na ordem de R$ 2,6 bilhões em obras rodoviárias, sendo R$ 800 milhões de repasse do BNDES em linhas de financiamento. Além disso, a Prefeitura da cidade de Porto Alegre tem em seu orçamento, no período 2012-2013, R$ 593 milhões previstos para investimentos em projetos de mobilidade urbana, principalmente para atender demanda para a Copa do Mundo de 2014.

A SULTEPA está atenta a essa perspectiva e tem boas expectativas para o ano de 2012, considerando-se seu acervo técnico e expertise na contratação de obras nos estados em que atua, principalmente nos setores rodoviário e ferroviário, que concentram 86% dos investimentos previstos pelo BNDES em logística. Entre o fim de 2011 e início de 2012, a SULTEPA conquistou quatro contratos de obras na cidade de Porto Alegre visando a Copa do Mundo em 2014. Sua carteira de contratos em 31 de dezembro de 2011 estava em R$ 409,2 milhões, podendo gerar um crescimento aproximado na ordem de 17,0%.

Outro segmento de atuação que vai se destacar no ano de 2012 é o metroviário em especial no Estado de São Paulo. Nesta área, a SULTEPA, além de já possuir experiência em implantação de vias permanentes, associou-se a outras empresas para competir também no Setor de Linhas de Transmissão e Subestações de Metrô.

O cenário apresentado acima reforça a expectativa de retomada de crescimento do mercado em que a SULTEPA atua no ano de 2012, com destaque para o fato de que a Companhia já se encontra preparada para atender esse crescimento nos diversos segmentos de infraestrutura, com expertise, acervo técnico, recursos humanos e equipamentos específicos. Visando a perenidade do negócio, com boa gestão, otimismo, crescimento sustentável e pensamento a longo prazo, o Grupo SULTEPA tem como meta estar cada vez mais estruturado para atender as oportunidades e demandas do mercado.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

3.1. Receita Operacional Bruta

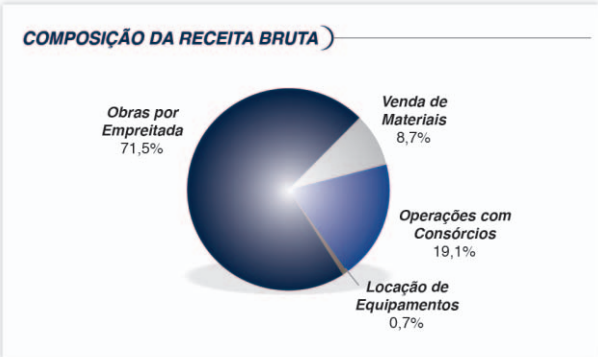
A receita operacional bruta consolidada totalizou R$ 174,8 milhões no período acumulado de 2011, ante os R$ 216,8 milhões do ano de 2010. O principal fator para a queda de faturamento foi a redução nos segmentos de obras por empreitada e operações com consórcios, que respondem por aproximadamente 90,5% das receitas da Companhia.

A receita de obras por empreitada passou de R$ 133,0 milhões em 2010 para R$ 124,9 milhões em 2011, enquanto que a receita de operações de consórcio passou de R$ 71,0 milhões para R$ 33,3 milhões no mesmo período comparativo.

Esta redução ocorreu em função do cenário de espera em 2011, principalmente por questões externas à SULTEPA, comentadas no capítulo anterior.

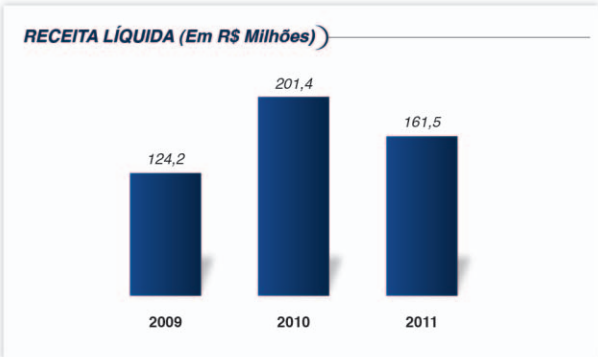
1 Fonte: BNDES - Relatório de Desempenho de 2011 e publicação Visão do Desenvolvimento nº 92.

O gráfico a seguir ilustra a composição da receita bruta da Companhia em 2011:



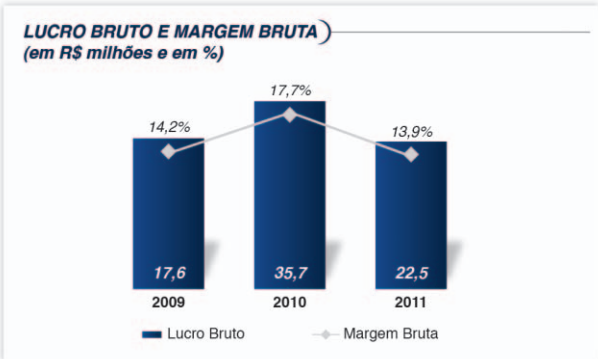
3.2. Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida consolidada da SULTEPA somou R$ 161,5 milhões no ano de 2011, 19,8% inferior aos valores registrados no mesmo período do ano anterior, devido principalmente à queda de faturamento oriunda da paralisação em algumas obras e redução de receitas, conforme mencionado anteriormente.



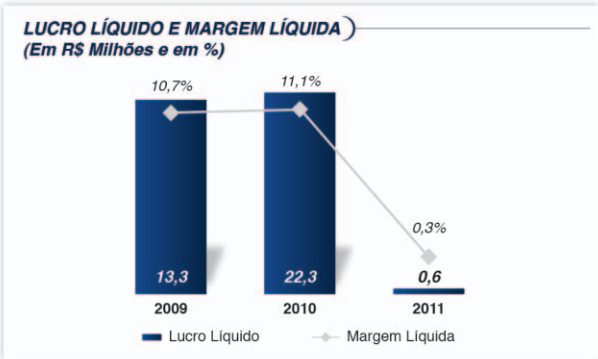
3.3. Lucro Bruto

Com a redução da receita e a manutenção do patamar do custo dos serviços prestados, principalmente pelas incertezas quanto ao andamento e continuidade de obras, o lucro bruto consolidado em 2011 foi de R$ 22,5 milhões ante os R$ 35,7 milhões do ano de 2010.



3.4. Lucro Líquido

Em 2011, o lucro líquido consolidado totalizou R$ 0,6 milhão e na controladora SULTEPA S/A foi negativo em R$ 2,1 milhões. O desempenho afetado pela queda no faturamento da empresa em conjunto com a manutenção de custos e despesas, em virtude de fatores mencionados anteriormente. A margem líquida consolidada foi de 0,3%.



3.5. Investimentos

Os investimentos consolidados realizados pela SULTEPA e suas controladas em 2011 somaram R$ 3,25 milhões, direcionados às instalações das novas obras, renovação de equipamentos pesados, novas tecnologias, segurança, desenvolvimento de novos projetos e expansão da capacidade produtiva nas obras, buscando sempre o fortalecimento da liderança de mercado e incremento da competitividade.

4. MERCADO DE CAPITAIS

A cotação de R$ 4,00 das ações preferenciais da SULTEPA (SULT4) no encerramento do ano de 2011 resultou em uma desvalorização de 9,1%, desempenho superior ao IBOVESPA que fechou em 56.754 pontos, retração de 18,1% no mesmo período. O ano foi particular para o mercado acionário, com muita influência de fatores como a crise internacional, expectativa de aumento de inflação e efeitos da variação cambial. Por isso, é importante evidenciar o desempenho das ações da SULTEPA ter sido superior ao desempenho do principal índice de mercado.

O volume total negociado durante 2011 foi de R$ 20,4 milhões, uma média diária de R$ 89,7 mil.

5. SUSTENTABILIDADE

Em 2011, a SULTEPA manteve sua preocupação com a questão ambiental, sendo reconhecida com o Prêmio Responsabilidade Ambiental, organizado pelo Instituto Latino-Americano de Proteção Ambiental Borboleta Azul juntamente com a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e a Associação Riograndense de Imprensa. Este prêmio reconhece as empresas que desempenham alta qualificação nas ações desenvolvidas a favor da proteção do Meio Ambiente no Estado do Rio Grande do Sul.

As principais atividades da SULTEPA neste campo visam atender aos requisitos legais no licenciamento de obras e unidades fixas, com atenção especial a recuperação ambiental de áreas de extração mineral. Em suas unidades foram plantadas 5.306 mudas de árvores nativas e recuperados aproximadamente 1,6 hectares de áreas impactadas pelas atividades de mineração.

A Companhia é reconhecida por considerar o desenvolvimento sustentável em seus projetos, tendo recebido algumas certificações e desenvolvido projetos de:

- gerenciamento de resíduos industriais: todas as obras e unidades são aptas da coleta seletiva de resíduos;
- monitoramento de licenças ambientais: recuperação de suas áreas de mineração após a exploração;
- recuperação de áreas degradadas: compromisso administrativo e legal de recuperar áreas exploradas. O exemplo é o Projeto Mãos Dadas que une ações de preservação, reflorestamento e conscientização ambiental na unidade industrial de Estância Velha-RS, a principal unidade de apoio às obras, onde já foram plantadas mais de 13.000 mudas de espécies nativas;
- tratamento de efluentes: impede com eficácia o risco de contaminação do solo na hipótese de vazamento; e
- matriz energética: projeto piloto que vem sendo desenvolvido em uma das unidades para aperfeiçoar a produtividade, utilizando-se do gás natural (LP), para alimentar a usina de asfalto, ao invés do óleo BPF.

6. RECURSOS HUMANOS E PROJETOS SOCIAIS

Mantendo suas atividades conforme expectativa prévia para 2011, o quadro de colaboradores da SULTEPA e suas controladas encerrou o ano com 1.144 pessoas entre a Sede, os Escritórios Regionais e as Obras.

A Sultepa implanta sua política de recursos humanos visando sempre um ambiente justo e focando continuamente na criação de condições para atrair, desenvolver e reter os seus talentos, além de proporcionar aos seus colaboradores programas que visam qualidade de vida, bem estar, saúde e integração.

Em 2011 buscou-se padronizar e centralizar suas ações na área de RH de modo a que todos fossem beneficiados e envolvidos pelas atividades propostas. Os treinamentos foram, em sua maioria, direcionados ao desenvolvimento dos colaboradores das áreas operacionais, técnicas, administrativas e de liderança. Foram treinados 667 colaboradores durante o ano de 2011.

Além disso, a Companhia priorizou serviços na área de saúde, via entidades parceiras, para realização de inventários de saúde e tratamento odontológico em diversas unidades. O valor gasto com assistência médica, odontológica, transportes, alimentação e cursos de aperfeiçoamento totalizou R$ 1,8 milhões.

No âmbito social é importante destacar que a SULTEPA foi reconhecida com o Prêmio Top Cidadania, promovido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-RS), que distingue as empresas e instituições que mais se destacaram por suas ações e projetos em prol da cidadania. A premiação é um reconhecimento ao Projeto Pescar, mantido na unidade de Estância Velha.

7. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao Artigo 2º da Instrução nº381/03 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), informamos que nossos auditores independentes, a Rokembach + Lahm, Villanova, Gais & Cia Auditores, não prestaram quaisquer outros serviços, que possam acarretar conflito de interesses ou perda de independência, além da auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

8. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com estas Demonstrações Financeiras e com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes referente às mesmas.

9. AGRADECIMENTO

A Administração da Construtora Sultepa S.A. agradece a todos seus acionistas, controladores, conselheiros, clientes, fornecedores, instituições financeiras, governos federal, estaduais e municipais, parceiros e, em especial, aos seus colaboradores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia em 2011.

Porto Alegre, 30 de março de 2012.

A Administração

continua

continuação

GRUPO SULTEPA

CONSTRUTORA SULTEPA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 89.723.993/0001-33
NIRE 43 3 00002357

abrasca companhia associada

BALANÇOS PATRIMONIAIS (Em R$ 1.000)

ATIVO	Notas	Controladora 31/12/2011	Controladora 31/12/2010	Consolidado 31/12/2011	Consolidado 31/12/2010
ATIVO CIRCULANTE		**8.343**	**17.262**	**91.661**	**117.030**
Caixa e equivalentes de caixa	5	62	309	13.029	8.520
Clientes	6	4.949	13.869	37.179	40.736
Estoques	7	1.675	1.032	2.227	1.698
Impostos a recuperar	8	672	999	2.455	2.771
Partes relacionadas	11	-	6	343	344
Outras contas		812	870	3.270	2.269
Operações com consórcios	23	173	177	33.158	60.692
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**745.781**	**718.815**	**846.282**	**848.079**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		327.209	316.749	639.737	640.078
Partes relacionadas	11	-	-	29.085	29.810
Tributos diferidos	10	-	-	2.191	3.203
Créditos a receber	9	310.727	283.168	582.133	531.261
Depósitos judiciais e empréstimo compulsório		3.608	3.161	3.793	3.342
Outros investimentos		267	2.867	297	3.785
Outras contas		6.514	5.424	9.992	9.939
Operações com consórcios	23	6.093	22.129	12.246	58.738
INVESTIMENTOS	12	298.962	277.710	16.661	10.717
Participações em controladas		295.097	275.317	-	-
Participações em coligadas		3.865	2.393	16.661	10.717
IMOBILIZADO	13	119.610	124.356	189.884	197.284
TOTAL DO ATIVO		**754.124**	**736.077**	**937.943**	**965.109**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	Controladora 31/12/2011	Controladora 31/12/2010	Consolidado 31/12/2011	Consolidado 31/12/2010
PASSIVO CIRCULANTE		**136.620**	**72.700**	**170.793**	**142.533**
Fornecedores		4.643	4.439	10.396	8.558
Instituições financeiras	14	52.737	20.911	81.144	70.125
Debêntures	20	9.457	6.400	9.457	6.400
Impostos e contribuições sociais a pagar	21	4.308	3.073	11.512	7.966
Salários e provisão de férias		2.843	1.585	4.574	3.150
Dividendos a pagar		994	3.677	1.006	3.699
Partes Relacionadas	11	23.663	-	-	-
Credores diversos	15	2.134	2.254	11.976	6.747
Títulos a pagar	16	22.830	21.385	22.830	21.385
Parcelamento Lei 11.941/2009	18	12.993	8.958	13.692	10.175
Operações com consórcios	23	18	18	4.206	4.328
NÃO CIRCULANTE		**346.664**	**390.530**	**491.698**	**547.624**
Partes relacionadas	11	8.462	39.698	11.079	15.116
Instituições financeiras	14	5.240	2.123	14.986	8.568
Debêntures	20	49.007	49.165	49.007	49.165
Impostos e contribuições sociais a pagar	21	4.252	1.223	7.770	2.410
Tributos diferidos	19	102.919	111.961	191.283	197.034
Credores diversos	15	40.148	39.435	44.715	43.308
Parcelamento Lei 11.941/2009	18	116.253	114.966	119.047	118.320
Provisão para contingências	22	12.267	25.164	15.816	26.906
Provisão para reflorestamento de jazidas	22	1.549	1.549	2.916	2.916
Operações com Consórcios	23	6.567	5.246	35.079	83.881
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**270.840**	**272.847**	**275.452**	**274.952**
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	24	270.840	272.847	270.840	272.847
Capital social		130.000	130.000	130.000	130.000
Reservas de reavaliações		53.528	55.054	53.528	55.054
Ajuste de avaliação patrimonial		31.170	33.449	31.170	33.449
Reservas de Lucros		56.142	54.344	56.142	54.344
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	4.612	2.105
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**754.124**	**736.077**	**937.943**	**965.109**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em R$ 1.000)

	Notas	Controladora 31/12/2011	Controladora 31/12/2010	Consolidado 31/12/2011	Consolidado 31/12/2010
Receita operacional líquida	29	32.829	47.647	161.462	201.369
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	30	(31.724)	(40.483)	(138.961)	(165.697)
Lucro bruto		1.105	7.164	22.501	35.672
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	30	(25.912)	(15.595)	(37.678)	(33.222)
Resultado da equivalência patrimonial	12	24.727	18.884	5.936	7.235
Outras receitas (despesas) operacionais	30	(316)	(7)	(292)	(1.192)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(396)	10.446	(9.533)	8.493
Despesas financeiras	31	(34.424)	(29.228)	(45.459)	(36.633)
Receitas financeiras	31	27.397	43.739	55.853	65.623
Resultado antes dos impostos		(7.423)	24.957	861	37.483
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	-	-	(2.760)	(2.464)
Imposto de renda e contribuição social diferido	17	5.415	(3.969)	2.458	(12.671)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(2.008)	20.988	559	22.348
Atribuído aos acionistas controladores		(2.008)	20.988	(2.008)	20.988
Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	2.567	1.360
Resultado básico/diluído por ação ON - R$	26	(0,16)	1,67	(0,16)	1,67
Resultado básico/diluído por ação PN - R$	26	(0,16)	1,67	(0,16)	1,67

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em R$ 1.000)

	Controladora 2011	Controladora 2010	Consolidado 2011	Consolidado 2010
Receitas	**35.624**	**51.588**	**174.086**	**220.548**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	36.324	51.595	174.772	216.828
Outras receitas	(316)	357	(292)	4.085
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	(384)	(364)	(394)	(365)
***Insumos adquiridos de terceiros* (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)**	**(35.499)**	**(35.413)**	**(125.583)**	**(163.150)**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(9.664)	(11.680)	(57.432)	(41.235)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(25.835)	(23.733)	(68.151)	(121.915)
Valor adicionado bruto	**125**	**16.175**	**48.503**	**57.398**
Depreciação, amortização e exaustão	**5.962**	**5.945**	**9.509**	**8.807**
Valor adicionado líquido produzido pela Sociedade	**(5.837)**	**10.230**	**38.994**	**48.591**
Valor adicionado recebido em transferência	**52.124**	**62.623**	**61.789**	**72.858**
Resultado de equivalência patrimonial	24.727	18.884	5.936	7.235
Receitas financeiras	27.397	43.739	55.853	65.623
Valor adicionado total a distribuir	**46.287**	**72.853**	**100.783**	**121.449**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	**12.585**	**11.551**	**28.105**	**23.111**
Remuneração direta	9.736	8.907	23.484	18.337
Benefícios	1.978	1.898	2.783	3.121
FGTS	871	746	1.838	1.653
Impostos, taxas e contribuições	**720**	**10.531**	**20.225**	**34.923**
Federais	114	9.988	16.606	32.623
Estaduais	207	141	879	696
Municipais	399	402	2.740	1.604
Remuneração de capitais de terceiros	**34.990**	**29.783**	**51.894**	**41.067**
Juros e variações monetárias	34.424	29.228	45.459	36.633
Aluguéis	566	555	6.435	4.434
Remuneração de Capitais Próprios	(2.008)	20.988	559	22.348
Lucros retidos	(2.008)	20.988	(2.008)	20.988
Participação dos acionistas não controladores	-	-	2.567	1.360
Valor adicionado distribuído	**46.287**	**72.853**	**100.783**	**121.449**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em R$ 1.000)

		Reservas de Reavaliação			Reservas de Lucros					Ajuste de Aval. Patrimonial						
Descrição	**Capital Social**	**Ativos Próprios**	**Ativos de Controladas**	**Total**	**Legal**	**Para Aumento de Capital**	**Lucros a Realizar**	**Para Investimento e Capital de Giro**	**Total**	**Ativos Próprios**	**Ativos de Controladas**	**Total**	**Lucros Acumulados**	**Total**	**Participação de não controladores**	**Patrimônio Líquido total**
Saldos em 31 de dezembro de 2009	130.000	40.682	16.295	56.977	2.177	218	3.634	27.924	33.954	14.030	21.220	35.251	(687)	255.494	747	256.242
Realização da Reserva de Reavaliação		(1.697)	(226)	(1.923)									1.923			
Realização do Aj. Aval. Patrimonial										(1.458)	(343)	(1.801)	1.801			
Distribuição de Dividendos - Acionistas Não controladores															(2)	(2)
Lucro Líquido do Exercício													20.988	20.988		20.988
Participação dos acionistas não controladores															1.360	1.360
Destinações propostas à Assembleia Geral:																
Reserva Legal					1.049				1.049				(1.049)			
Reserva de Lucros a Realizar							5.186		5.186				(5.186)			
Reserva para Investimentos e Capital de Giro								17.789	17.789				(17.789)			
Dividendos Propostos							(3.634)		(3.634)					(3.634)		(3.634)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	130.000	38.985	16.069	55.054	3.226	218	5.186	45.713	54.344	12.572	20.877	33.449	-	272.847	2.105	274.952
Realização da Reserva de Reavaliação		(1.720)	194	(1.526)									1.526			
Realização do Aj. Aval. Patrimonial										(1.644)	(635)	(2.279)	2.279			
Distribuição de Dividendos - Acionistas Não controladores															(60)	(60)
Resultado do Exercício													(2.008)	(2.008)		(2.008)
Participação dos acionistas não controladores															2.567	2.567
Destinações propostas à Assembleia Geral:																
Reserva para Investimentos e Capital de Giro								1.797	1.797				(1.797)			
Saldos em 31 de dezembro de 2011	130.000	37.265	16.263	53.528	3.226	218	5.186	47.510	56.142	10.928	20.242	31.170	-	270.840	4.612	275.452

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (Em R$ 1.000)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Controladora 2011	Controladora 2010	Consolidado 2011	Consolidado 2010
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(2.008)	20.988	(2.008)	20.988
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Depreciação, amortização e exaustão	5.962	5.945	9.509	8.807
Constituição (reversão) de provisões	4.174	761	6.569	1.115
Resultado de equivalência patrimonial	(24.727)	(18.884)	(5.936)	(7.235)
Custo do permanente baixado ou vendido	507	24	544	850
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.415)	3.969	(1.554)	12.671
Despesas de juros	16.977	11.667	28.633	19.159
Receita com juros sobre créditos a receber	(25.886)	(21.673)	(49.199)	(42.669)
Dividendos recebidos	3.476	3.162	-	371
Participação dos acionistas não controladores	-	-	2.567	1.360
	(26.940)	**5.959**	**(10.875)**	**15.417**
Variação nos ativos e passivos				
(Aumento) redução dos créditos a receber de clientes	8.536	(6.282)	3.162	(15.451)
(Aumento) redução dos estoques	(643)	(169)	(1.660)	41
(Aumento) redução de devedores diversos	(1.443)	2.078	(1.015)	(254)
Aumento (redução) de fornecedores	204	1.618	1.833	1.760
Aumento (redução) dos impostos, contribuições e obrigações sociais a pagar	7.220	5.268	11.362	7.095
Operações c/ consórcios	674	487	11.340	(5.648)
Aumento (redução) de credores diversos	593	1.401	3.678	2.652
(Aumento) redução dos demais grupos do ativo	1.218	573	2.261	805
Aumento (redução) dos demais grupos do passivo	1.443	3.036	1.436	5.337
	17.802	**8.010**	**32.397**	**(3.663)**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(9.138)**	**13.969**	**21.522**	**11.754**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de investimento	-	-	-	(1.000)
Aquisição de imobilizado	(1.723)	(1.985)	(3.232)	(8.662)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(1.723)**	**(1.985)**	**(3.232)**	**(9.662)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de debêntures	(5.784)	(6.493)	(5.784)	(6.493)
Pagamento de dividendos	(2.683)	(2.681)	(3.367)	(2.688)
Mútuos com partes relacionadas	(7.568)	19.695	(2.117)	9.827
Empréstimos/financiamentos tomados	48.794	11.870	288.636	121.435
Amortização de principal e juros de financiamentos	(22.145)	(34.306)	(291.149)	(126.019)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**10.614**	**(11.915)**	**(13.781)**	**(3.938)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(247)**	**69**	**4.509**	**(1.846)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	309	240	8.520	10.366
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	62	309	13.029	8.520
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(247)**	**69**	**4.509**	**(1.846)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO 2011 E 2010 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Construtora Sultepa S.A., ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Travessa Francisco Leonardo Truda, 40, 11º andar, Centro, Porto Alegre – RS, com suas ações negociadas na BM&F Bovespa. A Companhia tem por objeto social a indústria da construção, englobando estudos, projetos, cálculos, administração e execução de obras públicas e privadas, nacionais e internacionais, do ramo de engenharia em geral, montagens e eletromecânicas, e trabalhos conexos, montagem industrial, execução de obras públicas em geral, que possam ter seu custeio privatizado, inclusive sobre regime de concessão, autorização ou permissão, inclusive para cobrança de pedágio, na forma da lei aplicável, incorporação imobiliária compra e venda de imóveis, representação, importação e exportação de materiais correlatos ao ramo da construção civil, prestação de serviços de terceiros, inclusive com uso de explosivos, bem como a pesquisa, mineração, exploração e aproveitamento de jazidas minerais, extração, britagem e comércio de pedra britada. A Companhia poderá participar de outras sociedades, congêneres ou não, como acionista ou quotista, cabendo ao Conselho de Administração decidir a respeito.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Demonstrações contábeis individuais da controladora – foram elaboradas de acordo com as disposições previstas na Lei das Sociedades por Ações e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem os pronunciamentos e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado e o patrimônio líquido e o resultado da controladora em suas demonstrações contábeis individuais. Assim sendo, as demonstrações contábeis consolidadas e as individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

b) Demonstrações contábeis consolidadas - preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que seguem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e em conformidade com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Em complemento, a legislação societária brasileira requer que as companhias abertas apresentem a demonstração de valor adicionado – DVA em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, enquanto que para fins de IFRS, tais demonstrações são apresentadas como informações suplementares.

A autorização para a conclusão das presentes demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria da Companhia em 19 de março de 2012. A Companhia não está apresentando a Demonstração do Resultado Abrangente, em virtude de não haver valores a serem apresentados nesta demonstração.

3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Construtora Sultepa S.A. e das seguintes empresas controladas:

	Percentual de participação			
	31/12/2011		31/12/2010	
Sociedade	**Direta**	**Indireta**	**Direta**	**Indireta**
Pedrasul Construtora S/A (a)	99,63	-	99,63	-
Sultepa Construções e Comércio Ltda. (a)	99,95	-	99,95	-
Rioest Estacionamentos S/A (a)	-	97,44	-	97,44
SCP através da controlada Sultepa Constr. e Com. Ltda. (b)	-	50,00	-	50,00
SCP através da controlada Sultepa Constr. e Com. Ltda. (a)	-	89,00	-	89,00
SCP através da controlada Sultepa Constr. e Com. Ltda. (a)	-	95,00	-	95,00
SCP através da controlada Sultepa Constr. e Com. Ltda. (b)	-	43,42	-	43,42
SCP através da controlada Sultepa Constr. e Com. Ltda. (a)	-	68,13	-	75,60

a) as controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis uniformes em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos entre as empresas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo. O resultado do período é atribuído aos acionistas da controladora e à participação dos não controladores.

b) empresas com controle compartilhado (*joint ventures*) são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios. Portanto as demonstrações contábeis das empresas com controle compartilhado são consolidadas proporcionalmente à participação da Companhia. Os ganhos e perdas em transações com empresas com controle compartilhado são eliminados, proporcionalmente à participação da Companhia, por contrapartida do valor do investimento financeiro nessa mesma empresa com controle compartilhado.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 640/2010.

4.2. Apuração do resultado

As receitas de vendas e de prestação de serviços estão apresentadas líquidas, ou seja, não incluem os impostos e os descontos incidentes sobre as mesmas. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando: a) seu valor pode ser mensurado de forma confiável; b) todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador; c) a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida; d) é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a seu favor. A receita de prestação de serviço é reconhecida com base no serviço prestado. O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes.

4.3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na nota explicativa nº 5.

4.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes é registrado pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, estão classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

4.5. Estoques

Estão demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excedem ao valor líquido de realização. As provisões para estoque de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração ao seu valor recuperável.

4.6. Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme Deliberação CVM 605/2009, para fins de demonstrações contábeis da controladora, demonstrado na nota explicativa nº 12. Os demais investimentos estão registrados pelo valor de custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

4.7. Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição e de reavaliações efetuadas, e deduzido das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa nº 13, considerando-se a duração da vida útil econômica estimada dos bens. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos. O valor residual e a vida útil econômica dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. A Companhia efetuou análise sobre a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado com o objetivo de verificar a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Conforme faculdade estabelecida pela Deliberação CVM 219/2009 e 583/2009, a Companhia optou na adoção inicial dos novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, pela atribuição de custo ao ativo imobilizado relativos a imóveis, máquinas e equipamentos e veículos.

4.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Como resultado da referida revisão, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

4.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não foram identificadas transações que fossem consideradas relevantes em relação ás demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

4.10. Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

4.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

4.12. Provisões

Geral: provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável pode ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.13. Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço em que gera receita tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social foram constituídos por controlada e levam em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

4.14. Instrumentos Financeiros

Incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos e debêntures bem como contas a pagar e outras dívidas.

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e disponíveis para a venda. A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros de natureza decorrente de Derivativos.

4.15. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641/2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

4.16. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que seja necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisões necessárias para passivos contingentes, provisão para créditos de liquidação duvidosa, avaliação das vidas úteis dos ativos imobilizados, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares.

A determinação dessas estimativas leva em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

4.17. Informações por segmento

A Companhia e suas controladas desenvolvem suas atividades de negócios considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da Companhia e para a tomada de decisões.

4.18. Normas, interpretações e alterações de normas contábeis

a) as seguintes normas, interpretações e alterações de normas contábeis foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011, entretanto, não tiveram impactos sobre as demonstrações contábeis da Companhia:

Norma	Assunto
IAS 24	Divulgações de Partes Relacionadas
IAS 32	Instrumentos Financeiros
IFRIC 14 e	
IAS 19	Pagamentos Antecipados de Exigência de Financiamento mínimo
IFRIC 19	Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais

b) alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB foram publicados e/ou revisados e passarão a vigorar 1º de janeiro de 2013, e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia:

Norma	Assunto
IAS 27	Demonstrações Financeiras Separadas
IAS 28	Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto
IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas
IFRS 11	Acordos de Empréstimos em Conjunto
IFRS 12	Divulgação de Participações em Outras Entidades
IFRS 13	Mensuração do Valor Justo

A Administração da Companhia avaliou os efeitos destes novos procedimentos e interpretações e prevê que sua adoção não provoque impacto relevante nas demonstrações contábeis da Companhia no exercício de aplicação inicial.

4.19. Arrendamento Mercantil (*leasing*)

Foram registrados no imobilizado, os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, sobre os quais a Companhia fica com todos os riscos e benefícios de propriedade, classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são capitalizados no início do arrendamento como um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas mencionadas na nota explicativa nº 13.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.2011**	**31.12.2010**	**31.12.2011**	**31.12.2010**
Caixa	18	18	19	18
Depósitos bancários	10	289	10.093	2.945
Aplicações de liquidez imediata	34	2	2.917	5.557
Total	**62**	**309**	**13.029**	**8.520**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as aplicações financeiras no balanço consolidado referem-se principalmente a Fundo de Aplicações Financeiras de renda fixa (FAF) e estão registradas pelos seus valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras e não superam o valor de mercado.

6. CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.2011**	**31.12.2010**	**31.12.2011**	**31.12.2010**
Governo Federal	-	2.392	20.763	18.893
Governos Estaduais	4.660	11.015	12.763	21.035
Governos Municipais	586	586	5.707	2.638
Clientes Privados	1.677	1.466	2.498	2.338
(-) Prov. Devedores Duvidosos	(1.974)	(1.590)	(4.552)	(4.168)
Total	**4.949**	**13.869**	**37.179**	**40.736**

A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.2011**	**31.12.2010**	**31.12.2011**	**31.12.2010**
Saldo no início do exercício	1.590	1.954	4.168	4.533
Adições	384	-	384	-
Recuperações/realizações	-	(364)	-	(365)
Saldo no final do exercício	**1.974**	**1.590**	**4.552**	**4.168**

Em 31 de dezembro, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.2011**	**31.12.2010**	**31.12.2011**	**31.12.2010**
A vencer	4.555	12.968	35.759	34.646
Vencidos até 30 dias	324	1.111	636	3.421
Vencidos até 60 dias	126	367	221	2.970
Vencidos até 90 dias	34	64	75	79
Vencidos há mais de 90 dias	1.884	949	5.040	3.788
Total	**6.923**	**15.459**	**41.731**	**44.904**

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.2011**	**31.12.2010**	**31.12.2011**	**31.12.2010**
Matéria-prima	1.198	445	1.249	776
Peças de reposição	189	194	322	321
Combustíveis e Lubrificantes	163	303	367	434
Outros	125	90	289	167
Total	**1.675**	**1.032**	**2.227**	**1.698**

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.2011**	**31.12.2010**	**31.12.2011**	**31.12.2010**
Imposto de Renda e CSLL	37	132	423	1.016
PAES	-	-	636	32
INSS	633	857	1.311	1.405
Outros	2	10	85	318
Total	**672**	**999**	**2.455**	**2.771**

9. CRÉDITOS A RECEBER – NÃO CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.2011**	**31.12.2010**	**31.12.2011**	**31.12.2010**
Direitos Creditórios União (a)	212.598	193.151	480.318	436.563
Direitos Creditórios Sinicon (b)	50.982	45.696	50.982	45.696
Precatórios União (c)	43.715	40.889	47.401	45.570
Precatórios Prefeitura POA (d)	3.432	3.432	3.432	3.432
Total	**310.727**	**283.168**	**582.133**	**531.261**

continua

a) Créditos a receber processo Construtora Sultepa e controladas x União Federal (sucessora do DNER)

Os valores referem-se a direitos creditórios junto ao extinto DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, obtidos por decisão judicial do Supremo Tribunal Federal, a qual transitou em julgado em 13 de outubro de 2000. Tais valores estão sendo atualizados pela variação do IPCA-E acrescida de juros de 6% ao ano e líquidos dos honorários advocatícios. Posteriormente, a União Federal propôs Ação Rescisória objetivando desconstituir o direito obtido pela Construtora Sultepa S.A. e controladas. Considerando os argumentos incluídos na Ação Rescisória proposta pela União Federal, a Administração, suportada pelo parecer dos seus assessores jurídicos, entende como remota a chance de perda do direito adquirido, motivo pelo qual não foi reconhecida provisão para não realização destes ativos.

b) Créditos a receber Processo Sinicon x União Federal

Os valores referem-se a direitos creditórios junto ao extinto DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, obtidos por decisão judicial do Supremo Tribunal Federal, a qual transitou em julgado em 02 de dezembro de 1998. Tal valor está sendo atualizado pela variação do IPCA-E acrescida de juros de 12% ao ano.

Posteriormente, a União Federal propôs Ação Rescisória, objetivando anulação do acórdão que ensejou a expedição do precatório relativo ao direito obtido pela Construtora Sultepa S.A. A Administração, suportada pelo parecer dos seus assessores jurídicos, entende como remota a chance de perda do direito constituído por ocasião da sentença que transitou em julgado a favor da Companhia, motivo pelo qual não foi reconhecida provisão para não realização destes ativos.

c) Precatórios a receber União

Os valores referem-se à parcela remanescente dos precatórios expedidos pela União Federal, relativos à quitação parcial dos direitos creditórios oriundos do processo mencionado no item (a). Tais valores estão demonstrados pelo valor original acrescido da variação da TR e de juros de 6% ao ano.

Conforme descrito na nota explicativa nº 18 os referidos precatórios foram dados para compensação de parcelas vencidas da Lei 11.941/2009.

d) Precatórios a receber Prefeitura de Porto Alegre

O valor refere-se ao precatório expedido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, relativos a direitos oriundos do processo nº 10503085832 de recomposição de preços contra o Município de Porto Alegre, com trânsito em julgado em 23/6/2008.

Este crédito foi oferecido em garantia de dívida, que a Controladora possui junto a União Federal.

10. TRIBUTOS DIFERIDOS – ATIVO NÃO CIRCULANTE - CONSOLIDADO

a) Composição dos tributos diferidos – ativo

A base para constituição é a seguinte:

Ativo	31.12.2011	31.12.2010
Provisão p/ Contingências	2.244	960
Provisão p/ Crédito de Liquidação Duvidosa	4.201	2.732
Prejuízos Fiscais	-	5.727
Base de Cálculo	6.445	9.419
Alíquota nominal	34%	34%
Total	**2.191**	**3.203**

b) Estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido

De acordo com a Deliberação CVM 599/2009 – Tributos sobre o lucro, a Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconheceu créditos tributários sobre as diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado anualmente pela Companhia.

11. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos com partes relacionadas:

CONTROLADORA

EMPRESAS	Ativo Circulante 31.12.2010	Ativo Circulante 31.12.2011	Passivo Circulante 31.12.2011	Passivo não Circulante 31.12.2011	Passivo não Circulante 31.12.2010
Pedrasul Construtora S/A (1)	-	-	8.462	39.698	
Sultepa Constr e Com Ltda (2)	6	23.663	-	-	
Total	**6**	**23.663**	**8.462**	**39.698**	

CONSOLIDADO

EMPRESAS	Ativo Circulante 31.12.2011	Ativo Circulante 31.12.2010	Ativo não Circulante 31.12.2011	Ativo não Circulante 31.12.2010	Passivo não Circulante 31.12.2011	Passivo não Circulante 31.12.2010
Sultepa Participações S.A. (1)	-	-	15.892	14.322	-	-
Portella Nunes Partic. S.A. (1)	-	-	12.010	10.712	-	-
Controladas em Conjunto	-	-	506	3.636	10.727	14.295
Outros	343	344	677	1.140	352	821
Total	**343**	**344**	**29.085**	**29.810**	**11.079**	**15.116**

Operações Com Partes Relacionadas - DRE

	Controladora 31.12.2011			Controladora 31.12.2010		
	Receita Operacional	Resultado Financeiro Líquido	Custo com Obras	Receita Operacional	Resultado Financeiro Líquido	Custo com Obras
Pedrasul Construtora S.A.	-	(5.758)	-	-	(3.993)	-
Sultepa Construções e Com. Ltda	17.361	-	(333)	24.087	-	(94)
Total	**17.361**	**(5.758)**	**(333)**	**24.087**	**(3.993)**	**(94)**

(1) Os saldos das operações de mútuos são atualizados a uma taxa de 1% a.m. com vencimento final previsto até 31 de dezembro de 2014.

(2) Os saldos das operações de mútuos são atualizados a uma taxa de 1% a.m. com vencimento final previsto até 31 de dezembro 2012.

A Sultepa Participações S.A. e Portella Nunes Participações S.A. são controladoras da Companhia.

b) Remuneração do pessoal-chave:

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia e suas controladas contabilizaram como despesa com remuneração do seu pessoal-chave, os valores abaixo demonstrados:

Descrição	Controladora 31.12.2011	Controladora 31.12.2010	Consolidado 31.12.2011	Consolidado 31.12.2010
Benefícios de Curto Prazo (honorários, salários e 13º salário).	1.002	978	1.741	1.525
Outros benefícios (despesas c/ assistência médica e seguro de vida)	42	34	42	34
Total	**1.044**	**1.012**	**1.783**	**1.559**

12. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS E COLIGADAS

Os investimentos nas empresas controladas e coligadas estão demonstrados a seguir:

Movimentação dos saldos

	Controladora 31.12.2011	Controladora 31.12.2010	Consolidado 31.12.2011	Consolidado 31.12.2010
Participações em controladas/ coligadas	277.710	261.616	10.717	2.428
Adições	-	-	8	1.054
Recebimento de dividendos	(3.475)	(2.790)	-	-
Equivalência patrimonial	24.727	18.884	5.936	7.235
Saldo	**298.962**	**277.710**	**16.661**	**10.717**

31 de Dezembro de 2011

Descrição	Controladas Pedrasul Constr. S/A	Controladas Sultepa Constr. Ltda
Capital social	70.500	91.000
Patrimônio líquido ajustado	179.428	115.706
Lucro líquido do exercício	17.245	6.217
Participação %	99,63	99,95

Descrição	Controladas/Coligada 31.12.2011 Pedrasul Const. S.A.	Sultepa Constr. e Com. Ltda.	Sulbrape Ltda.	Total	Controladas/Coligada 31.12.2010 Total
Saldo inicial	165.744	109.573	2.393	277.710	261.616
Recebimento de dividendos	(3.475)	-	-	(3.475)	(2.790)
Equivalência Patrimonial	17.180	6.075	1.472	24.727	18.884
Saldo Final	**179.449**	**115.648**	**3.865**	**298.962**	**277.710**

13. IMOBILIZADO

CONTROLADORA

	Imóveis	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Outros	Total
Taxa média de depreciação	**4%**	**11,50%**	**12,02%**	**10%**	
Saldos em 31.12.2009	**99.339**	**21.833**	**6.032**	**1.136**	**128.340**
Adições	40	1.398	288	259	1.985
Baixas	-	(12)	-	(12)	(24)
Depreciações	(1.810)	(3.500)	(462)	(173)	(5.945)
Saldos em 31.12.2010	**97.569**	**19.719**	**5.858**	**1.210**	**124.356**
Adições	241	901	264	317	1.723
Transferências	-	42	(155)	113	-
Baixas	-	(467)	(7)	(33)	(507)
Depreciações	(1.813)	(3.402)	(325)	(422)	(5.962)
Saldos em 31.12.2011	**95.997**	**16.793**	**5.635**	**1.185**	**119.610**

CONSOLIDADO

	Imóveis	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Outros	Total
Taxa média de depreciação	**4%**	**11,50%**	**12,02%**	**10%**	
Saldos em 31.12.2009	**150.471**	**36.992**	**8.457**	**2.359**	**198.279**
Adições	250	4.872	2.842	698	8.662
Transferências	5.027	(4.795)	(24)	(208)	-
Baixas	-	(564)	-	(286)	(850)
Depreciações	(2.294)	(5.196)	(1.135)	(182)	(8.807)
Saldos em 31.12.2010	**153.454**	**31.309**	**10.140**	**2.381**	**197.284**
Adições	241	1.189	860	942	3.232
Transferências		(2.326)	(154)	2.480	-
Baixas	-	(528)	(7)	(588)	(1.123)
Depreciações	(2.295)	(5.105)	(1.377)	(732)	(9.509)
Saldos em 31.12.2011	**151.400**	**24.539**	**9.462**	**4.483**	**189.884**

As contas de imobilizado incluem R$ 84.664 (R$ 108.631 consolidado), líquido de depreciação e exaustão acumulada, relativa à reavaliação de bens. Tais reavaliações foram originalmente efetuadas entre 1998, 2000 e atualizadas em 2002 e 2003. Com intuito de atender o preconizado pela Deliberação CVM nº 183/95, em 31 de dezembro de 2006, foi realizada nova reavaliação no seu ativo imobilizado, com base em Laudo de Avaliação elaborado por especialistas independentes que utilizaram como método de avaliação o valor de mercado. Como facultado pela Lei nº 11.638/07, a Companhia e suas Controladas decidiram pela manutenção dos saldos das reavaliações de ativos existentes. O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado anualmente, sendo que em 31 de dezembro de 2011, não encontrou a necessidade de constituição de provisão.

14. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Descrição	Encargos	CONTROLADORA Passivo Circulante 31.12.2011	Passivo Circulante 31.12.2010	Passivo Não Circulante 31.12.2011	Passivo Não Circulante 31.12.2010	CONSOLIDADO Passivo Circulante 31.12.2011	Passivo Circulante 31.12.2010	Passivo Não Circulante 31.12.2011	Passivo Não Circulante 31.12.2010
Capital de Giro (a)	CDI + 0,6% a 2,4% a.m.	51.170	20.911	4.451	2.123	77.540	66.705	11.326	2.656
Finame (b)	TJLP + 6% a.a.	974	-	789	-	1.804	1.554	3.242	4.180
Leasing (c)	1,36% a.m.	593	-	-	-	1.800	1.866	418	1.732
Total		**52.737**	**20.911**	**5.240**	**2.123**	**81.144**	**70.125**	**14.986**	**8.568**

(a) Para os empréstimos foram dadas em garantia os direitos creditórios e aval dos diretores. O vencimento final é Novembro de 2013 na controladora e consolidado.

Em dezembro de 2011 a Companhia assumiu da controlada Pedrasul Construtora S.A. empréstimos no montante de R$ 18.117 conforme acordo de quitação de mútuo entre as partes. No passivo circulante da controladora o montante de R$ 24.338, refere-se a renovação de dívida junto ao Banco do Brasil, o qual foi oferecido em garantia, imóveis e créditos a receber descrito na nota 9.b.

(b) Financiamento para compra de máquinas e equipamentos cuja garantia é a alienação fiduciária dos próprios bens e vencimento final Junho de 2014 e Dezembro de 2016, na controladora e consolidado, respectivamente.

(c) Financiamento para compra de máquinas, equipamentos e veículos cuja garantia é a alienação fiduciária dos próprios bens e vencimento final Dezembro de 2012 e Janeiro de 2014, na controladora e consolidado, respectivamente.

15. CREDORES DIVERSOS

Controladora

Descrição	Passivo Circulante 31.12.2011	Passivo Circulante 31.12.2010	Passivo Não Circulante 31.12.2011	Passivo Não Circulante 31.12.2010
Prestadores de Serviços	1.456	1.095	-	-
Subempreiteiros	210	837	-	-
Transportadores	466	317	-	-
Honorários a Pagar	-	-	39.902	38.171
Outros	2	5	246	1.264
Total	**2.134**	**2.254**	**40.148**	**39.435**

Consolidado

Descrição	Passivo Circulante 31.12.2011	Passivo Circulante 31.12.2010	Passivo Não Circulante 31.12.2011	Passivo Não Circulante 31.12.2010
Prestadores de Serviços	7.200	1.928	-	-
Subempreiteiros	2.539	2.085	-	-
Transportadores	2.194	820	-	-
Honorários a Pagar	-	-	39.902	38.171
Outros	43	1.914	4.813	5.137
Total	**11.976**	**6.747**	**44.715**	**43.308**

16. TÍTULOS A PAGAR

Controladora/Consolidado

Descrição	Passivo Circulante 31.12.2011	Passivo Circulante 31.12.2010
Betunel Ind. e Com. Ltda	20.794	18.060
Greca Distrib. Asfaltos	1.207	1.771
Remar Distrib. de Asfalto Ltda	395	1.554
Outros	434	-
Total	**22.830**	**21.385**

O saldo junto a Betunel Ind. e Com. Ltda. está atualizado pela taxa do IPCA-E acrescida de juros de 12% a.a., conforme acordo firmado. Para o pagamento da dívida foi oferecido precatório judicial do crédito que a Construtora Sultepa S.A. detêm junto ao DNIT.

17. CONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de renda e a contribuição social corrente das controladas diretas são calculados pelo lucro real, e as controladas indiretas (SCP) são tributadas pelo lucro presumido. As alíquotas utilizadas são de 15% e adicional de 10% para o lucro que ultrapassar R$ 240, para imposto de renda e 9% para a contribuição social.

Os tributos diferidos da controladora e consolidado são calculados com as mesmas alíquotas dos impostos correntes, incidentes sobre as receitas ainda não recebidas de órgãos públicos.

Descrição	Controladora 31.12.2011	Controladora 31.12.2010	Consolidado 31.12.2011	Consolidado 31.12.2010
Lucro antes dos impostos	(7.423)	24.957	19.457	53.448
Equivalência patrimonial	(24.727)	(18.884)	(34.668)	(32.779)
Demais adições/exclusões	16.224	5.600	9.338	19.556
Base de cálculo	**(15.926)**	**11.673**	**(5.873)**	**40.225**
Imposto de renda e contrib. social corrente	-	-	(1.113)	(1.120)
Imposto de renda e contrib. social diferido	5.415	(3.969)	3.110	(12.556)
Imposto de renda e contrib. social corrente - lucro presumido	-	-	(1.647)	(1.344)
Imposto de renda e contrib. social diferido - lucro presumido	-	-	(652)	(115)
Total	**5.415**	**(3.969)**	**(302)**	**(15.135)**

18. PROGRAMA DE PARCELAMENTO DE TRIBUTOS – LEI Nº 11.941/2009

De acordo com a Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, a Companhia e suas controladas Pedrasul Construtora S/A e Sultepa Construções e Comércio Ltda., aderiram ao parcelamento de tributos junto à Procuradoria da Fazenda Nacional e à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Foram incluídos neste parcelamento, débitos oriundos do Parcelamento Especial – PAES, Parcelamentos Ordinários e débitos que não haviam sido parcelados anteriormente. A Companhia, baseada em parecer dos seus assessores jurídicos, protocolizou a desistência de processos junto à Procuradoria da Fazenda Nacional no valor de R$ 5.223, o qual foi registrado no grupo de despesas operacionais no exercício de 31 de dezembro de 2009. A Companhia e sua controlada Pedrasul Construtora S/A utilizaram seus Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social, para quitação de multas e juros, conforme preconizado na Lei. Ambas fizeram a opção de pagamento em 180 parcelas. A controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda., fez a opção para pagamento em 30 parcelas. Os saldos existentes no balanço em 31 de dezembro de 2011 estão sendo atualizados pela taxa Selic conforme preconizado na Lei do parcelamento.

Em 30 de novembro e 19 de dezembro de 2011, a Companhia, protocolizou junto à União, pedidos de compensação das parcelas vencidas da Lei 11.941/2009, com os precatórios de nº 2004.01.00.029024-9. Todavia, os pedidos foram indeferidos. A Companhia, através de seus assessores jurídicos, ingressou com uma ação ordinária nº 5008699-63.2012.4.04.7100, com pedido de liminar para garantir o seu direito de compensação. Em 28 de fevereiro de 2012, a Companhia obteve através de Decisão Liminar o direito de manter seu pedido de compensação assegurado, até que a ação rescisória que existe sobre o precatório seja julgada em definitivo. A controlada Pedrasul Construtora S/A, também ingressou com pedido junto à União, utilizando o mesmo princípio legal, para quitação de alguns tributos.

	Controladora	Consolidado
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2010	123.924	128.495
(+) Atualização monetária pela taxa Selic	10.893	16.113
(-) Pagamentos efetuados	(5.571)	(11.869)
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2011	**129.246**	**132.739**
Passivo Circulante	**12.993**	**13.692**
Passivo Não Circulante	**116.253**	**119.047**

19. TRIBUTOS DIFERIDOS

Tributos	Controladora 31.12.2011	Controladora 31.12.2010	Consolidado 31.12.2011	Consolidado 31.12.2010
Direito creditório/precatório	311.572	299.411	498.788	469.503
Reserva de reavaliação	56.462	59.022	80.633	82.827
Ajuste de aval. patrimonial	16.556	19.011	46.443	50.843
Lucro diferido	-	-	11.048	19.104
Saldo	384.590	377.444	636.912	622.277
(-) 30% Prejuízo fiscal	(93.472)	(60.294)	(93.472)	(60.294)
Base de cálculo p/ IRPJ e CSLL	291.118	317.150	543.440	561.983
Alíquota Normal	34%	34%	34%	34%
IRPJ E CSLL	**98.980**	**107.831**	**184.769**	**191.074**
PIS E COFINS	**3.939**	**4.130**	**6.514**	**5.960**
Total dos tributos diferidos	**102.919**	**111.961**	**191.283**	**197.034**

A Companhia efetua os registros dos tributos diferidos com intenção de compensar os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos tendo em vista que os mesmos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançado pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável, conforme preconizado no (CPC 32) e deliberação CVM 599/2009.

20. DEBÊNTURES

A composição das debêntures, emitidas pela Companhia, estão demonstradas a seguir:

Emissão	Passivo Circulante Controladora/Consolidado 31.12.2011	Passivo Circulante Controladora/Consolidado 31.12.2010	Passivo Não Circulante Controladora/Consolidado 31.12.2011	Passivo Não Circulante Controladora/Consolidado 31.12.2010	Vencimentos	Encargos	Garantias
1ª Emissão					20.12.2012	IGPM+8%AA	Hipoteca de Imóveis e penhor de direitos creditórios junto à União Federal
1ª série	1.178	893	-	1.933			
2ª série	2.456	547	-	2.598			
3ª Emissão	5.823	4.960	49.007	44.634	15.12.2020	IPCA+10%AA	Hipoteca de Imóveis e penhor de direitos creditórios junto à União Federal
Total	**9.457**	**6.400**	**49.007**	**49.165**			

continua

21. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Descrição				Controladora
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
	Circulante	Circulante	Não Circulante	Não Circulante
Imposto Corrente	**2.322**	**2.766**	**-**	**-**
IRRF	296	184	-	-
PIS/COFINS	312	481	-	-
INSS/FGTS	1.268	1.354	-	-
OUTROS	446	747	-	-
Parcelado	**1.986**	**307**	**4.252**	**1.223**
IRRF	135	-	118	-
PIS/COFINS	662	-	522	-
INSS/FGTS	999	195	3.284	765
OUTROS	190	112	328	458
TOTAL	**4.308**	**3.073**	**4.252**	**1.223**

Descrição				Consolidado
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
	Circulante	Circulante	Não Circulante	Não Circulante
Imposto Corrente	**8.022**	**7.354**	**-**	**-**
IRPJ/CSLL	1.641	1.585	-	-
IRRF	728	715	-	-
PIS/COFINS	734	1.692	-	-
INSS/FGTS	3.922	2.708	-	-
OUTROS	997	654	-	-
Parcelado	**3.490**	**612**	**7.770**	**2.410**
IRPJ/CSLL	283	582	539	1.186
IRRF	187	-	118	-
PIS/COFINS	957	24	1.162	-
INSS/FGTS	1.844	-	5.623	765
OUTROS	219	6	328	459
TOTAL	**11.512**	**7.966**	**7.770**	**2.410**

O saldo devedor dos tributos parcelados será amortizado até abril de 2018, acrescido da taxa Selic.

22. PROVISÕES

Foi constituída considerando a opinião dos consultores jurídicos da Companhia, cujo montante é julgado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis.

a) Provisão para Contingências

Resumo da movimentação dos montantes provisionados

CONTROLADORA	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Passivo Solidário	TOTAL
(=) Saldos em 31.12.2010	**161**	**796**	**15.283**	**8.924**	**25.164**
(+) Novos processos/complementos e atualizações	103	-	-	11	114
(-) Reversões e pagamentos	-	(438)	(12.270)	(303)	(13.011)
(=) Saldos em 31.12.2011	**264**	**358**	**3.013**	**8.632**	**12.267**

CONSOLIDADO	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Passivo Solidário	TOTAL
(=) Saldos em 31.12.2010	**161**	**1.060**	**16.385**	**9.300**	**26.906**
(+) Novos processos/complementos e atualizações	103	-	1.834	11	1.948
(-) Reversões e pagamentos	-	(463)	(12.270)	(305)	(13.038)
(=) Saldos em 31.12.2011	**264**	**597**	**5.949**	**9.006**	**15.816**

Características dos montantes:

a.1) Processos cíveis - referem-se principalmente a danos morais e acidentes pleiteados por terceiros e a dívida que a Companhia é responsável solidária junto a terceiros.

a.2) Processos trabalhistas - relativos basicamente a questões propostas por empregados e pessoal terceirizado, versando sobre verbas de cunho salarial.

a.3) Processos tributários - referem-se a questões de tributos municipais e tributos federais.

a.4) Passivo solidário - refere-se à parte do risco da obrigação para a qual a Companhia é responsável solidária junto aos credores da Contesa Incorporações Imobiliárias Ltda., CP Construções e Participações Ltda. e Coparco Participações e Construções Ltda.

b) Provisão para Reflorestamento de Jazida - Foi constituída no valor de R$ 1.549 na controladora e R$ 2.916 no consolidado considerando a estimativa de gastos para restauração do local.

c) Provisões perda Possível - Em 31 de dezembro de 2011, o montante estimado para processos judiciais e procedimentos administrativos representativos de contingências passivas cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível, era de R$ 5.387 na controladora e R$ 6.899 no consolidado. A administração da Companhia acredita que o desfecho das causas em andamento não irá resultar em desembolso superior aos valores registrados na provisão.

23. OPERAÇÕES COM CONSÓRCIOS

Visando aumentar a capacidade operacional e produtiva, em determinadas obras a Companhia e suas controladas participam em alguns empreendimentos através de consórcios, os quais relacionamos a seguir:

Consórcio Conesul: a Companhia participa com 42% no empreendimento, que tem como objetivo a execução das edificações dos Centros de Apoio a Criança – CIAC'S. Atualmente este consórcio está paralisado.

Consórcio Molhes: a controlada Pedrasul Construtora S/A, participa com 22,5% na execução das obras dos Molhes de Rio Grande, no complexo portuário de Rio Grande/RS, encerrado em 2011.

Consórcio Construtor do Sul: a Companhia participa com 24,50% e sua controlada Pedrasul Construtora S/A com 2,03%. Este consórcio encontra-se paralisado.

Consórcio PSP/SPP e SPP1: a controlada Pedrasul Construtora S/A participa com 33,34%, na execução das obras de Pavimentação das ruas de Pelotas/RS, encerrado em 2011.

Consórcio Sultepa/Pedrasul: a controlada Pedrasul Construtora S/A participa com 5% e a Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 95%, na execução das obras do Projeto Crema, restauração e melhorias na BR 287 e BR 116.

Consórcio Pelotense/Pedrasul: a controlada Pedrasul Construtora S/A participa com 15%, na execução das obras do Projeto Crema, na restauração e melhorias na BR 287.

Consórcio Sultepa/Convap: a controlada Sultepa Construções Ltda. participa com 50%, na execução das obras de Construção da Barragem de São Gabriel/RS.

Consórcio Ferroviário Brasileiro: a controlada Sultepa Construções Ltda. participa com 40%, na execução das obras CPTM São Paulo.

Consórcio Constran/Egesa/Pedrasul/Estacon/Cmt (*) a controlada Pedrasul Construtora S/A participa com 13,97%, na execução das obras da ferrovia de integração oeste leste FIOL/BA – lote 6.

Consórcio Sultepa/CBM: a controlada Sultepa Construções Ltda participa com 55% na execução dos serviços de conserva rotineira em rodovias do Daer no 15ª Distrito Operacional São Francisco de Paula/RS.

Posição em 31 de dezembro de 2011.

	Controladora			Consolidado									
	Conesul	CCS	Total Controladora	Conesul	CCS	Molhes do Sul	Cons. Ferroviário Fiol (*)	PSP/ SPP/ SPP1	Cons. Pelot.	Cons. Convap	Cons. Sultepa /Pedrasul A e B	Consorc. Fer. Brasileiro	Consorc. CBM	Total Consolidado
Balanço Patrimonial														
Ativo														
Circulante	-	173	173	-	187	-	2	8	-	8.748	19.553	2.679	1.981	33.158
Não Circulante	6.080	13	6.093	6.080	116	-	166	1.318	995	19	3.552	-	-	12.246
Imobilizado	180	2	182	180	2	-	-	-	1	68	-	30	-	281
	6.260	188	6.448	6.260	305	-	168	1.326	996	8.835	23.105	2.709	1.981	45.685
Passivo														
Circulante	-	18	18	-	19	-	-	-	29	1.224	1.403	1.530	1	4.206
Não Circulante	6.352	215	6.567	6.352	229	-	-	823	61	6.543	19.562	389	1.120	35.079
Resultados Acumulados	(92)	(45)	(137)	(92)	57	-	168	503	906	1.068	2.140	790	860	6.400
	6.260	188	6.448	6.260	305	-	168	1.326	996	8.835	23.105	2.709	1.981	45.685
Resultado do Exercício														
Receita Líquida	-	-	-	-	-	1.739	44	-	237	7.055	13.207	7.713	1.404	31.399
Custo Operacional	-	-	-	-	-	(3.494)	-	(1)	(241)	(6.416)	(9.181)	(5.288)	(104)	(24.725)
Despesas Operacionais	(1)	-	(1)	(1)	-	(1)	-	(358)	(37)	(122)	(328)	(1.669)	22	(2.494)
Lucro (Prejuízo) do Exercício	(1)	-	(1)	(1)	-	(1.756)	44	(359)	(41)	517	3.698	756	1.322	4.180

(*) Não auditado

Posição em 31 de dezembro de 2010.

	Controladora			Consolidado									
	Conesul	CCS	Total Controladora	Conesul	CCS	Molhes do Sul	PSP/ SPP/ SPP1	Cons. Pelot.	Cons. Convap	Cons. Toniolo	Cons. Sultepa /Pedrasul A e B	Consorc. Fer. S. Paulo	Consorc. CBM	Total Consolidado
Balanço Patrimonial														
Ativo														
Circulante	3	174	177	3	188	46.827	25	21	2.216	-	8.175	3.100	137	60.692
Não Circulante	22.116	13	22.129	22.116	115	8.701	-	-	12.396	3.108	11.854	(58)	506	58.738
Imobilizado	180	1	181	180	1	211	-	-	75	-	-	28	-	495
	22.299	188	22.487	22.299	304	55.739	25	21	14.687	3.108	20.029	3.070	643	119.925
Passivo														
Circulante	-	18	18	-	19	1.027	17	24	549	-	1.470	1.187	35	4.328
Não Circulante	5.030	216	5.246	5.030	230	52.954	(775)	(1.003)	14.620	-	11.857	49	919	83.881
Resultados Acumulados	17.269	(46)	17.223	17.269	55	1.758	783	1.000	(482)	3.108	6.702	1.834	(311)	31.716
	22.299	188	22.487	22.299	304	55.739	25	21	14.687	3.108	20.029	3.070	643	119.925
Resultado do Exercício														
Receita Líquida	-	-	-	-	-	10.351	140	2.264	11.119	-	33.723	8.517	935	67.049
Custo Operacional	-	-	-	-	-	(10.631)	(13)	(1.162)	(7.984)	-	(27.793)	(6.277)	(323)	(54.183)
Despesas Operacionais	(106)	-	(106)	(106)	-	(73)	-	(99)	(123)	-	(159)	(348)	(5)	(913)
Lucro (Prejuízo) do Exercício	(106)	-	(106)	(106)	-	(353)	127	1.003	3.012	-	5.771	1.892	607	11.953

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social autorizado é de R$ 193.986, sendo que está subscrito e integralizado o valor de R$ 130.000.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a composição acionária do capital subscrito e integralizado era a seguinte:

Tipo	Quantidades
Ordinárias	7.489.720
Preferenciais	5.110.280
Total	12.600.000

b) Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Reservas de Reavaliações

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado da controladora e das controladas, com base em laudos de avaliações elaborados por empresa especializada. O imposto de renda e contribuição social diferidos correspondentes à reserva de reavaliação estão classificados no passivo não circulante. A reserva de reavaliação está sendo realizada conforme a depreciação dos bens reavaliados contra lucros acumulados.

d) Reserva de Lucros a Realizar

Constituída no exercício referente à parcela do resultado positivo da equivalência patrimonial, calculada de acordo com o art. 197 da Lei nº 6.404/76.

e) Reserva para Investimento e Capital de Giro

Tem a finalidade de assegurar o acréscimo de capital de giro da Companhia. É formada com o saldo dos lucros acumulados ajustados depois de deduzida a reserva legal e a reserva de lucros a realizar.

f) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se ao valor apurado na avaliação a valor justo de determinados ativos imobilizados da Companhia e das controladas (terrenos, edificações, maquinas e equipamentos e veículos), de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10.

25. DIVIDENDOS

Conforme Estatuto Social da Companhia, as ações ordinárias e preferenciais fazem jus a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro ajustado, cabendo às ações preferenciais o direito ao recebimento do dividendo obrigatório 10% superior àquele atribuído às ações ordinárias. De resto as ações preferenciais usufruirão dos demais direitos sociais, com exceção do direito de voto, e terão prioridade no reembolso no caso de liquidação da Companhia.

26. RESULTADO POR AÇÃO

De acordo com CPC 41 (IAS 33), aprovado pela Deliberação CVM n° 636 – Resultado por Ação, a Companhia apresenta abaixo as informações sobre o lucro por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010. O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais diluídas.

	2011		2010	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Resultado do exercício	(1.194)	(814)	12.476	8.512
Média ponderada de ações emitidas (em milhares)	7.490	5.110	7.490	5.110
Resultado por ação - básico e diluído	(0,16)	(0,16)	1,67	1,67

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações contábeis.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gerenciamento de capital – A administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios, além de prover retorno aos acionistas. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros com instituições financeiras e debenturistas conforme divulgado nas notas explicativas nº 14 e 20, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados. Periodicamente, a administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos. Os objetivos da Companhia ao administrar o seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e maximizar os recursos para a aplicação em suas operações. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total dos empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos) e debêntures, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

b) Práticas contábeis significativas – os detalhes das principais práticas contábeis e métodos adotados, incluindo o critério para reconhecimento e bases de mensuração de apropriação das receitas e despesas para cada uma das classes de ativos e passivos financeiros, além do patrimônio líquido estão descritas na nota explicativa nº 4.

c) Categorias dos instrumentos financeiros – A administração da Companhia é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado. Os saldos das rubricas empréstimos e financiamentos e debêntures são atualizados monetariamente com base nos índices contratados, que se assemelham aos valores de mercado. Podendo ocorrer diferenças temporais, se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil e valor de mercado		Valor contábil e valor de mercado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Ativos Financeiros				
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	62	309	13.029	8.520
Clientes	4.949	13.869	37.179	40.736
	5.011	14.178	50.208	49.256
Passivos Financeiros				
Outros Passivos				
Empréstimos e debêntures	116.441	78.599	154.594	134.258

d) Risco de crédito – a Companhia atua basicamente no mercado de obras públicas, as quais são contratadas através de licitações. Portanto, o risco de crédito fica substancialmente minimizado. Para as operações que geram risco de crédito, a Companhia e suas controladas mantém um acompanhamento criterioso de seus clientes, e no caso de ocorrer eventuais perdas, a Companhia faz o registro destas perdas eventuais através da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

e) Risco de mercado – Os negócios da Companhia e controladas compreendem, essencialmente, a execução de obras de construção pesada, nos quais predominam contratos com os governos federal, estaduais e municipais. Estes contratos são executados sob o regime de empreitada, sempre licitados e contratados conforme a Lei nº 8.666/93, que dispõe sobre licitações e contratos da administração pública. Os riscos de mercado decorrentes de obra contratada pelo regime de empreitada são aqueles decorrentes da evolução do custo dos insumos que compõem o preço, e consequentemente da própria formação dos preços.

Para o primeiro caso, existe a previsão legal do reajustamento de preços nos contratos assinados, calculado e aplicado com periodicidade anual, com a utilização de índices setoriais que melhor representa esta evolução. Estes índices são calculados e publicados mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas.

Para o segundo caso, a Companhia, através de seus departamentos técnicos, planejamento e de orçamento, analisa cada projeto, aplicando a sua experiência e seus índices de produtividade na formação de preços. É de se salientar, que em caso de surgimento de distorções que afetem o disposto originalmente nos contratos, a Lei nº 8.666/93 possui dispositivos que permitem a restauração do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

f) Riscos financeiros – O programa de gestão de risco global da Companhia e suas controladas se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho da Companhia e de suas controladas. Devido ao fato da Companhia e suas controladas não possuírem instrumentos derivativos, os riscos financeiros ficam substancialmente minimizados.

28. COBERTURA DE SEGUROS (Não Auditado)

A Companhia adota uma política de seguros em que considera a concentração de riscos e a relevância de seus ativos.

Demonstramos abaixo, as principais coberturas de seguros vigentes em 31 de dezembro:

		Importância Segurada	
Descrição	**Tipo de seguro**	**31.12.2011**	**31.12.2010**
Veículos	Total	4.229	4.433
Máquinas	Riscos diversos	535	1.049
Instalações	Incêndios e riscos diversos	8.941	9.071
Total		**13.705**	**14.553**

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

continua

GRUPO SULTEPA

CONSTRUTORA SULTEPA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 89.723.993/0001-33
NIRE 43 3 00002357

abrasca companhia associada

29. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.2011**	**31.12.2010**	**31.12.2011**	**31.12.2010**
Receita Operacional Bruta	**36.324**	**51.596**	**174.772**	**216.828**
Receitas de Obras p/ Empreitada	7.722	20.478	124.891	132.989
Receitas com Vendas de materiais	10.953	6.190	15.253	10.359
Receitas com Vendas de Terrenos	55	80	55	80
Receitas com Consórcios	-	-	33.318	70.973
Receita com Locação de Equips	17.594	24.848	1.255	2.427
Impostos	(3.495)	(3.949)	(13.310)	(15.459)
Receita Líquida	**32.829**	**47.647**	**161.462**	**201.369**

30. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
Despesas por função	**31.12.2011**	**31.12.2010**	**31.12.2011**	**31.12.2010**
Custos com Obras por Empreiteira	(31.724)	(40.483)	(138.961)	(165.697)
Despesas Gerais e Administrativas	(25.912)	(15.595)	(37.678)	(33.222)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(316)	(7)	(292)	(1.192)
Total	**(57.952)**	**(56.085)**	**(176.931)**	**(200.111)**

	Controladora		Consolidado	
Despesas por natureza	**31.12.2011**	**31.12.2010**	**31.12.2011**	**31.12.2010**
Depreciação e Amortização	(5.962)	(5.945)	(9.509)	(8.807)
Despesas com Pessoal	(14.019)	(11.552)	(32.196)	(21.474)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(35.253)	(34.682)	(126.897)	(141.043)
Fretes	(322)	(399)	(1.200)	(1.686)
Outras Despesas	(2.396)	(3.507)	(7.129)	(27.101)
Total	**(57.952)**	**(56.085)**	**(176.931)**	**(200.111)**

31. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	**31.12.2010**	**31.12.2011**	**31.12.2010**
Despesas Financeiras:				
Lei 11.941/2009	(10.893)	(9.284)	(10.983)	(9.294)
Atualização de debêntures	(8.684)	(8.728)	(8.684)	(8.728)
Encargos financeiros s/ tributos	(1.371)	(416)	(3.120)	(1.222)
Encargos s/ financiamentos	(8.567)	(2.768)	(16.049)	(10.772)
Juros pagos/apropriados	(3.787)	(6.820)	(4.836)	(3.238)
Demais despesas financeiras	(1.122)	(1.212)	(1.787)	(3.379)
Total	**(34.424)**	**(29.228)**	**(45.459)**	**(36.633)**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	**31.12.2010**	**31.12.2011**	**31.12.2010**
Receitas Financeiras:				
Atualização proc. trânsito julgado	24.621	20.704	49.297	41.698
Juros recebidos/apropriados	2.744	547	5.935	639
Descontos obtidos	7	22.407	34	22.601
Demais receitas financeiras	25	81	587	685
Total	**27.397**	**43.739**	**55.853**	**65.623**
Resultado Financeiro	**(7.027)**	**14.511**	**10.394**	**28.990**

32. COMPATIBILIZAÇÃO DAS DÍVIDAS

A Companhia continua com a política de negociação de suas dívidas, tendo alongado o perfil do passivo de curto prazo junto aos debenturistas e efetuado liquidação de parte das suas dívidas de capital de giro junto às instituições financeiras e debêntures. Inseridas nestas negociações estão em pauta as reduções das taxas financeiras praticadas nas operações. Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao parcelamento especial do governo federal conforme Lei nº 11.941 de maio de 2009, para compatibilizar suas dívidas tributárias.

A Companhia está mantendo negociações junto a credores e fornecedores, com o intuito de saldar seus compromissos, utilizando para tanto a compatibilização de seus recebimentos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Lins Portella Nunes
Presidente

Astir Brasil Santos e Silva
Vice-Presidente

Ilmo Airton Kronbauer
Conselheiro

Pompílio Vieira Loguércio
Conselheiro

Jaime Barrios da Costa
Conselheiro

Ângelo Lúcio Villarinho da Silva
Conselheiro

DIRETORIA

Ricardo Lins Portella Nunes
Diretor Presidente

Ângelo Lúcio Villarinho da Silva
Diretor Controller Adm. e Rel. com Investidores

Ronald Schwambach
Diretor Financeiro

Sérgio Mattos
Diretor de Planejamento e Desenvolvimento

Claudio Luiz da Silva Abreu
Diretor Comercial

Marcos Picarelli Ferreira
Diretor de Obras

CONSELHO FISCAL

Eduardo Cunha Muller
Conselheiro

Antonio Salvador
Conselheiro

José Barbosa
Conselheiro

Soeni Piccoli Terres - Contadora – CRC/RS – 052803/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individual e consolidada da Construtora Sultepa S.A., identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individual e consolidada

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações contábeis da coligada direta CP – Construções e Participações Ltda. e das controladas indiretas Coparco – Participações e Construções Ltda. e Noroesthe Bioenergética S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Como consequência, não nos foi possível concluir sobre a adequação do valor representativo de tais investimentos no montante de R$ 216 mil e do correspondente valor negativo de equivalência patrimonial de R$ 174 mil, reconhecidos nas demonstrações contábeis individual e consolidada do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 23, não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações contábeis do consórcio Constran/Engesa/Pedrasul/Estacon/Cmt, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Como consequência, não nos foi possível formar uma opinião quanto à adequação dos valores do ativo e passivo incluídos no balanço patrimonial da controladora e consolidado, nos montantes de R$ 168 mil e R$ 144 mil, respectivamente, e, o lucro líquido do exercício no montante de R$ 44 mil incluído no resultado do exercício da controladora e consolidado.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individual

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no item base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individual e consolidada, as demonstrações contábeis individual acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Construtora Sultepa S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidada

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no item base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individual e consolidada, as demonstrações contábeis consolidada acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Construtora Sultepa S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

As demonstrações contábeis individual e consolidada foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas. A Companhia tem apresentado deficiência de capital de giro, bem como, conforme descrito na nota explicativa n° 11, as controladas Pedrasul Construtora S/A e Sultepa Construções e Comercio Ltda. possuem créditos a receber de suas controladoras indiretas, Sultepa Participações S/A e Portella Nunes Participações S/A, no montante de R$ 27.902 mil classificado no ativo não circulante no consolidado, cuja realização depende do sucesso das operações futuras das controladoras. Os planos da administração, com relação a este assunto, estão descritos na nota explicativa nº 32. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores ativos e passivos que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações.

Conforme descrito na nota explicativa nº 2 as demonstrações contábeis individual foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Construtora Sultepa S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicável as demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos:

Informação Suplementar- demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação de demonstração do valor adicionado. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Informações comparativas

As demonstrações contábeis individual e consolidada correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório com data de 24 de março de 2011, contendo ressalva quanto a não revisão, por auditores independentes, das demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2010 da coligada direta CP – Construções e Participações Ltda. e das controladas indiretas Coparco – Participações e Construções Ltda. e Noroesthe Bioenergética S.A., através da controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda., cujo o resultado negativo da equivalência patrimonial reconhecido no exercício foi de R$ 446 mil e ênfase dos mesmos assuntos mencionados neste relatório.

Porto Alegre, 26 de março de 2012.

Rokembach + Lahm, Villanova,Gais & Cia. Aud.
CRCRS 3.663

Marcelo de Vargas Gais
CO CRCRS 51.308